



UMA LEITURA DO CONTO FÁBULA *SEM MORAL* DE JÚLIO CORTÁZAR PELO VIÉS DA ANÁLISE DE DISCURSO FRANCESA

Paula Terra Nassr¹

1 DO PERCURSO

O verso de Antonio Machado, “caminante no hay camino, se hace camino al andar”, faz lembrar do percurso que tem de fazer o analista do discurso em suas análises, ou seja, não tem um caminho certo a seguir, mas as pistas encontradas no texto (materialidade do discurso) vão dar um norte a sua pesquisa, que não tem por objetivo esgotar as possibilidades de interpretação, ao mesmo tempo que, as noções a serem trabalhadas estarão sendo relacionadas entre si no decorrer da análise, elas não surgem *a priori*, vão se delineando juntamente com o rumo que o trabalho vai tomando. Análise e teoria estão em um constante ir e vir, de modo que, não tem como dissociá-las. Segundo Orlandi (1999, p.62), não há análise de discurso sem a mediação teórica permanente, em cada passo da análise, trabalhando sempre no limite entre descrição e interpretação, pois ambas constituem o processo de compreensão do analista. A base teórica do analista é a Análise do Discurso Francesa, então, é sobre esta teoria crítica da linguagem que tratarei neste trabalho.

2 DAS SUAS ORIGENS E FILIAÇÕES TEÓRICAS

A Análise do Discurso vai apresentar seu marco inaugural com a publicação da obra *Análise Automática do Discurso (AAD)* de Michel Pêcheux, em 1969; este é o principal organizador e articulador da nova disciplina/teoria que vem para questionar às anteriores, principalmente, no que diz respeito à língua, ao sujeito e à ideologia.

A Análise do Discurso Francesa (AD) surge na década de 60 como uma forma de ruptura com os ideais até então pensados sobre a linguagem; conforme Mainguenu (1997), a escola francesa de análise do discurso vem de uma tradição intelectual europeia acostumada a unir reflexão sobre o texto e sobre história e também de uma

¹ Doutoranda em Literatura Luso-africana e Mestre em Teorias do Texto e do Discurso pela UFRGS.

prática escolar que é denominada “explicação de textos” muito em voga na França, tanto na escola quanto na universidade.

Sobre esta ligação da AD com a prática escolar, Culioli (apud Maingueneau, 1997, p.10) diz o seguinte: [...] “a França é um país onde a literatura desempenha um grande papel, sendo possível questionar se a Análise de discurso não seria uma maneira de substituir a explicação de textos como forma de exercício escolar”. Na AD, faz-se uma leitura capaz de se ir além de um sentido único, buscando desvendar a opacidade dos sentidos. Desta forma, aparece para substituir a análise de conteúdo que apenas percorre o texto para codificá-lo.

Ela se constitui na relação entre três domínios disciplinares: a Linguística, o Marxismo e a Psicanálise. Orlandi (1998) especifica que a AD trabalha no entremeio dessas disciplinas, mas coloca uma relação crítica intrínseca, por trabalhar justamente a sua contradição.

Ainda é importante destacar, que na AD há uma preocupação em levar-se em conta o homem na sua história. Dessa maneira, acaba por considerar os processos e as condições de produção da linguagem que são utilizados na relação entre os sujeitos e a língua e as situações em que os seus dizeres são produzidos. Em conformidade com esta questão referida, é que a AD pressupõe o legado do materialismo histórico, ou seja, o de que há um real da história de tal forma que o homem faz história, mas esta assim como a linguagem, não lhe é transparente.

A Psicanálise entra em cena quando na AD há o deslocamento da noção de homem para a de sujeito (que passa a ser descentrado e dotado de inconsciente) e ele se constitui na relação com o simbólico, na história. Orlandi (1999) vai apresentar a AD como uma nova proposta de estudo que interroga a Linguística quanto à historicidade que ela deixa de lado, da mesma forma que coloca questões para as Ciências Sociais, referindo-se à transparência da linguagem que é utilizada nos seus estudos. Não se deixa absorver pela teoria marxista, ao mesmo tempo não corresponde ao que teoriza a Psicanálise, pois questiona o materialismo, no que se refere ao simbólico, e se distancia da Psicanálise, já que a AD trabalha a ideologia como materialmente relacionada ao inconsciente sem ser absorvida por ele.

O que deve ser lembrado, é que a AD vai produzir um outro lugar de conhecimento com sua especificidade; não é mera aplicação da Linguística sobre as Ciências sociais ou vice-versa. Ela se forma de um modo que a linguagem tem de ser referida quanto à sua exterioridade, para que se aprenda o seu funcionamento como um processo significativo. Sendo assim, o conhecimento da linguagem fica a cargo da Linguística, e o da exterioridade, a cargo das Ciências Sociais.

A referida noção de exterioridade especificada na AD é que transforma a noção de linguagem, pensando sua forma material, deslocando também a própria noção de social, de histórico, de ideológico, tal como eram tratadas em outras áreas (Psicologia Social, Ciências Sociais, etc). A partir destes deslocamentos feitos pela AD, podemos observar que não é feita apenas uma transferência de conceitos e de ideias, mas estas mudam de terreno, de configuração, transformando-se em novas concepções com outros resultados vindos destas reflexões.

No que se refere ao social, não são os traços sociológicos empíricos (classe social, idade, sexo, etc), mas as formações imaginárias, que se constituem a partir das relações sociais, que funcionam no discurso: a imagem que se faz de um professor, de um pai, de um presidente, etc. Há nas línguas mecanismos de projeção para que se constitua essa relação entre a situação sociologicamente descritível e a posição discursivamente significativa dos sujeitos.

Quanto ao ideológico, é neste item que podemos notar a diferença entre a AD e análise de conteúdo. Na primeira se trabalha com os processos de constituição da linguagem e da ideologia e não meramente com os seus conteúdos, como na segunda. Nesta perspectiva, como nos diz Orlandi (1998, p.30): [...] “a ideologia não é algo, mas o mecanismo de produzir esse algo”. Além disso, na AD a linguagem não apresenta a transparência que tem na análise de conteúdo; a ideia não é atravessar um texto para buscar um sentido do outro lado, mas sim procurar compreender como este texto significa.

A AD não trabalha especificamente com textos, mas com discursos, os textos são a materialidade destes discursos. E estes são definidos como efeito de sentidos entre

locutores. É importante destacar, que não existe discurso que não se relacione com outros; o discurso indica outros que lhe servem de base, assim como aponta para outros dizeres possíveis. É dessa forma que o discurso se apresenta como um processo contínuo, em que não há um começo e um fim pré-fixados.

Quando a AD trata sobre historicidade, não pensa a história refletida no texto, mas trabalha sim com a historicidade do texto em sua materialidade. Esta historicidade tem a ver com o acontecimento do texto como discurso (o trabalho dos sentidos nele). O discurso não se fecha; ele é um processo em movimento, por isso não pode ser considerado um mero conjunto de textos, mas uma prática linguístico-social. É desse modo que o discurso é considerado no conjunto das práticas que constituem a sociedade na história.

Um fato de extrema importância dentro do quadro teórico da AD e que merece destaque, é que não se pensa à língua como na Linguística, de forma transparente e cheia de autonomia. Esta passa a ser vista como da ordem do material, da opacidade, do equívoco, das falhas. Dessa forma, a completude e a objetividade vão dar lugar à incompletude e à subjetividade, abrindo espaço para a noção da falta, que move o sujeito e é o lugar do impossível da língua, lugar este em que as palavras faltam. E ao ocorrer isto, permite que haja espaço para produção de equívocos. O fato linguístico do equívoco é constitutivo da língua e inerente ao sistema. Sendo a língua um sistema passível de falhas, vai permitir que por essas falhas (furos) os sentidos deslizem, podendo sempre ser outros. Logo, na AD não há espaço para a fixidez da língua, nem para o engessamento dos sentidos.

O sujeito dentro do quadro discursivo volta à tona; visto que, nas demais teorias da linguagem ele foi relegado ao esquecimento ou cumpria um papel coadjuvante.

A noção de sujeito do ponto de vista discursivo vai se basear quanto ao ideológico e ao social, no materialismo histórico (Marx/Althusser) e no que se refere a um funcionamento individualizado (ao inconsciente), na Psicanálise (Freud/Lacan). A primeira noção de sujeito surge em 1969 conjuntamente com outras formulações feitas por Pêcheux a respeito da teoria discursiva. Pêcheux (GADET; HAK, 1993, p.82) não pensa o sujeito como um ser humano individual, mas o entende como um

“lugar determinado na estrutura social”. De acordo com esta ideia o sujeito passa do individual ao social.

A teoria vai evoluindo no decorrer das formulações, e acompanhando essa evolução, a noção de sujeito ganha novos aspectos. Pêcheux, juntamente com Fuchs, em 1975, introduz questões da Psicanálise. Desse modo, o sujeito além de social é dotado de inconsciente, que o faz atuar sob o efeito de duas ilusões: pensa ser a fonte do seu dizer e ser responsável pelo que diz.

O autor (1988) baseia-se na Psicanálise, no que diz respeito ao esquecimento número 1, que é da instância do inconsciente e resulta do modo como somos afetados pela ideologia, por isso temos a ilusão de sermos a origem do que dizemos, mas o que acontece na realidade, é a retomada de sentidos pré-existentes. Quanto ao esquecimento número 2, que é da ordem da enunciação, faz com que acreditemos que haja uma relação direta entre o pensamento/linguagem/mundo, de tal modo, que pensamos que o nosso dizer só pode ser dito com determinadas palavras e não outras.

Pêcheux - 1975 - vai trazer algo muito importante para a questão do sujeito: [...] “uma teoria não-subjetiva da subjetividade” (Pêcheux, 1988, p.133). Esta fase da teoria vai unir aspectos que têm a ver com inconsciente e com a ideologia. Segundo o autor (1988, p.133): [...] “a ideologia interpela os indivíduos em sujeitos, sem que eles se deem conta de tal interpelação.” É nesta parte da teoria que ele se inspira em Althusser, que diz que não há sujeito sem ideologia. Surge nesse ponto a existência histórica do sujeito (forma-sujeito). O sujeito passa a ser social, histórico (ideológico) e dotado de inconsciente. Na AD o sujeito discursivo constitui-se da junção do social (que se relaciona com a ideologia) com o inconsciente (que se relaciona com o desejo).

Após a observação de um sujeito com tamanhas características, só me resta pensar como, sendo tão complexo, este vai funcionar com relação ao discurso? Para iniciar a caminhada que leva ao funcionamento do sujeito no discurso, é importante entender outras noções, iniciarei agora pela noção de formação discursiva.

De acordo com Pêcheux- 1975 - (1988, p.160), a formação discursiva (FD) corresponde a um domínio de saber, formado por enunciados discursivos que revelam uma maneira de relacionar-se com a ideologia vigente, regulando o que pode e deve ser dito. O sujeito se relaciona com a FD e, através dessa relação, se chega ao funcionamento do sujeito discursivo. Detalhando melhor, os indivíduos são interpelados em sujeitos do seu discurso de acordo com as formações discursivas que representam (na linguagem) as formações ideológicas² que lhes correspondem. Continuando a ideia, o autor (1988, p.163) afirma que: [...] “a referida interpelação se efetua pela identificação do sujeito com a FD que o domina e que o constitui como sujeito.” Essa identificação acontece pelo viés da forma-sujeito (sujeito histórico) e, por consequência, com a FD. Sendo assim, é a forma-sujeito que regula o que pode e deve ser dito, ou ainda segundo Indursky (1997, p.215): [...] “o que não pode ser dito e também o que pode, mas convém que não seja dito no âmbito de uma determinada FD.”

Nessa parte da teoria, notei que existe uma homogeneidade, já que ocorre uma identificação total com a forma-sujeito. Porém, na sequência, Pêcheux em 1975 (1988) traz à tona uma nova noção, que de algum modo, vai de encontro com essa postura hermética: a de modalidades das tomadas de posição. São três as modalidades, conforme o autor (1988). Na primeira, o sujeito do discurso se identifica com a forma-sujeito, de modo que a tomada de posição faz com que o sujeito realize seu assujeitamento sob a forma do livremente consentido. Na segunda, o sujeito do discurso se contrapõe à forma-sujeito, podendo ocorrer uma separação, um distanciamento, dúvida, revolta, em relação ao dizer da forma-sujeito. Nesta modalidade há uma contra-identificação com o saber da FD que o governa. Instaura-se, desse modo, a contradição. Enfim, a terceira modalidade funciona sob o modo da desidentificação, ou seja, o sujeito do discurso não se identifica mais com a FD em que está inserido e se desloca para identificar-se com outra FD. Como se pode observar na segunda e terceira modalidades, já surge à desigualdade no interior de uma FD.

² Para Pêcheux e Fuchs - 1975 – (1993, p.166), a **formação ideológica (FI)** constitui-se num elemento capaz de intervir, como uma força que se opõe a outras forças, na conjuntura ideológica característica de uma formação social, em um momento específico. Assim, cada FI se constitui num conjunto complexo de atitudes e representações que não são individuais nem universais, mas que se relacionam mais ou menos diretamente a posições de classes em conflito umas com as outras.

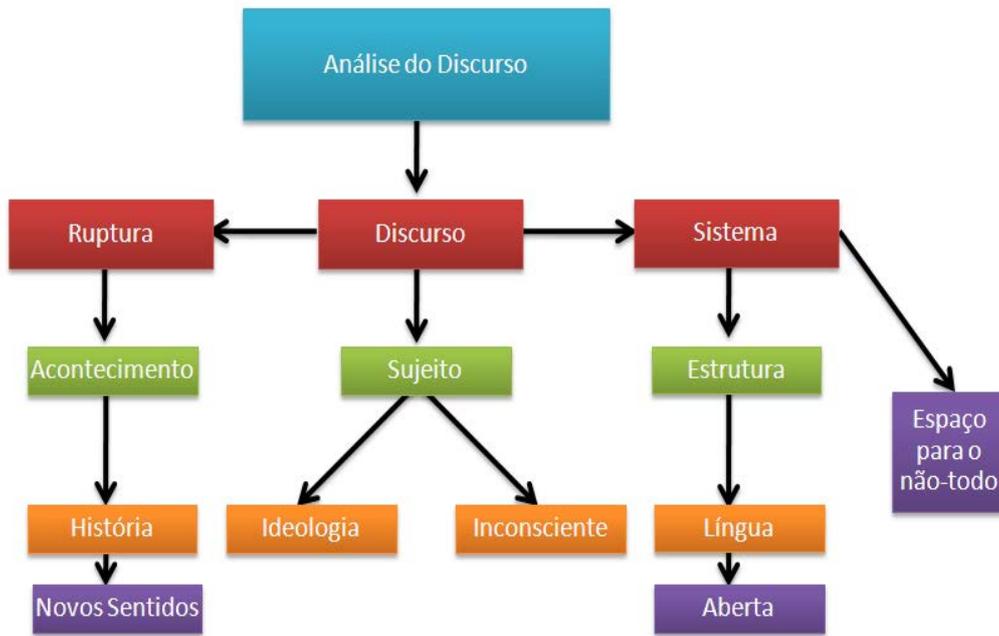
Indursky (2000) indica um trabalho posterior de Pêcheux (1980) em que este repensa a noção de ideologia, que faz com que ele mude suas ideias a respeito da noção de FD. A ideologia deixa de ser idêntica a si mesma, existe sob a modalidade da divisão, e se realiza na contradição que com ela organiza a unidade e a luta dos contrários. A ideologia deve ser pensada sob o enfoque de dois mundos em um só.

Não havendo a identificação da ideologia com ela mesma, não haverá, por consequência, uma FD homogênea, esta será ao mesmo tempo idêntica e dividida. O domínio da FD comporta tanto a igualdade quanto a diferença e a divergência, sendo proveniente disso a contradição que trava a unicidade. A partir disso, a FD torna-se heterogênea, logo, a forma-sujeito também é heterogênea a si mesma, tendo em seu interior a diferença e a ambiguidade. O sujeito desta FD heterogênea é um sujeito dividido entre as possíveis posições que pode assumir dentro desse universo discursivo. A forma-sujeito se fraciona em diferentes posições, deixando de ser uma, deixando o espaço aberto não só para o semelhante, mas também, para o diferente, o divergente.

Concluo esta parte sobre o sujeito, baseada em Indursky (2000), que diz que o sujeito em AD sofre vários processos que o fazem evoluir de um sujeito unitário para um sujeito cindido, disperso, deixando de identificar-se com uma FD pelo viés de uma forma-sujeito, passando a identificar-se com esta pelo viés de uma posição-sujeito (que representa diversos modos de se relacionar com a forma-sujeito). Esta, porém, continua delimitando o que permanece ou não sob os seus limites.

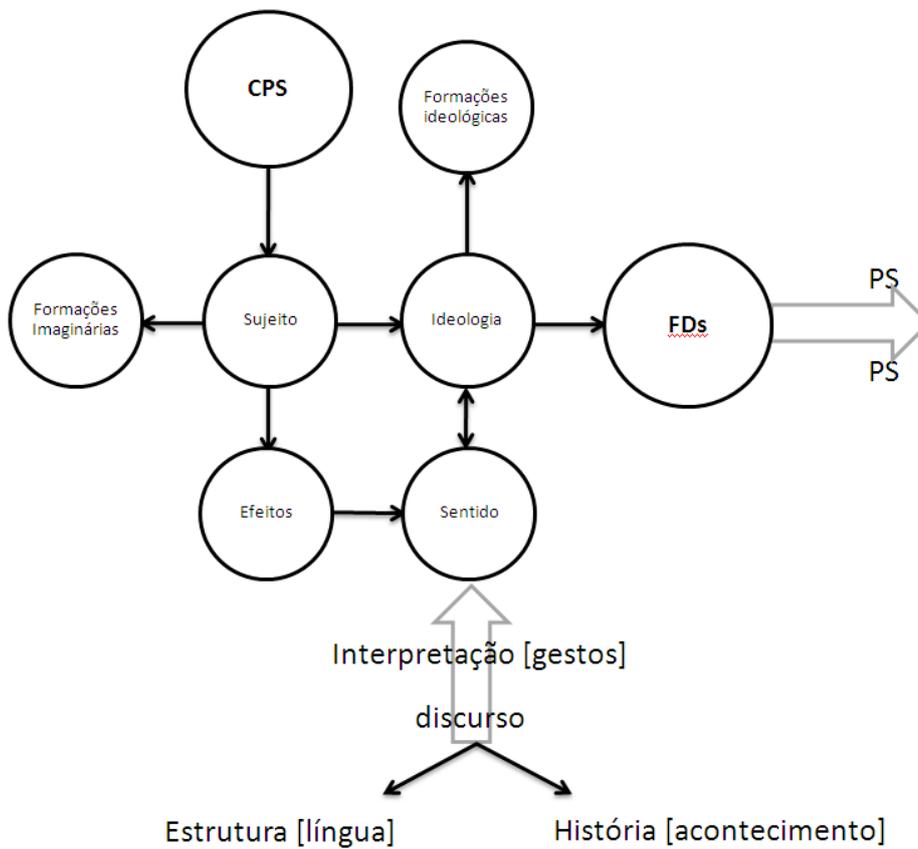
Na AD as noções não podem ser trabalhadas totalmente separadas, pois elas ao longo das análises vão se inter-relacionar dependendo da materialidade específica de cada análise. Como já relatei anteriormente, não podemos falar de sujeito sem falar de ideologia, de inconsciente, de relacioná-lo à FD de que ele faz parte e à rede de sentidos da qual está vinculado por via dessa FD. Abaixo apresento dois esquemas; o primeiro é uma tentativa de apresentar/conceituar a AD, e o segundo uma maneira de expor essa inter-relação das noções:

Esquema 1



elaborado pela autora

Esquema 2



elaborado pela autora

3 APRESENTANDO AS OUTRAS NOÇÕES

Como vimos anteriormente, a AD apresenta um quadro teórico que alia o linguístico ao sócio histórico, de modo que, ao articularem-se formam noções que apresentam um caráter de des-construção. Ou seja, a partir de alguns conceitos já existentes em outras áreas, vai remodelando seu quadro teórico, mas de maneira a redimensioná-los e a criar novos sentidos. Além disso, traz outras novas noções para contribuir com uma outra “roupagem” para a língua e para linguagem. Com base nisso é que Pêcheux (1983, p. 60) destaca o que é crucial para a AD: “o desafio crucial é o de construir interpretações, sem jamais neutralizá-las, nem no ‘qualquer coisa’ de um discurso sobre o discurso, nem em um espaço lógico estabilizado com pretensão universal.”

Na AD, a interpretação é considerada um gesto, podemos dizer conforme Pêcheux-1969- (1993) que é um ato no nível simbólico. E esse gesto é possível, pois o espaço simbólico, o discurso, é incompleto em sua relação com o silêncio. A interpretação passa a ser considerada o rastro do possível, é o lugar próprio da ideologia e materializado pela história. Sempre ocorre a interpretação, não existe sentido sem ela, o gesto de interpretação é uma relação necessária. Então, conforme Orlandi (1998, p.21), o lugar do sentido, o lugar da metáfora, é função da interpretação, espaço da ideologia. O gesto de interpretação decide a direção dos sentidos e, em consequência, a direção do sujeito. Em suma, interpretar é o espaço de possibilidades, de falhas, de efeitos metafóricos; recebendo a influência da história, do significante e do sujeito.

Como a AD trabalha com as possibilidades dos sentidos é de suma importância apresentar como a noção de sentido é pensada nesse quadro teórico tão complexo e redimensionado. Na AD se trabalha com a materialidade do sentido que se produz no discurso e, ao analisar os efeitos de sentido, o analista tem como ponto de partida a base linguística.

A formação discursiva (FD), conforme Pêcheux (1975), é o lugar da constituição do sentido. Ele explica que as palavras mudam de sentido ao passarem de uma FD a outra. Assim, não é somente as intenções do sujeito que determinam o dizer, existe

uma ligação entre a intenção individual e um pacto social. A noção de sentido está intrinsecamente ligada às condições de produção do discurso e à relação de paráfrase entre as sequências que formam famílias parafrásticas (famílias de sentido).

Retomando Pêchêux - 1975- (1988, p.160), no que concerne ao sentido, ele diz que uma palavra, proposição ou expressão, não tem um sentido particular (sentido literal). E se não existe um sentido literal, não existe fonte da qual possa derivar sentidos por meio de uma lógica linguística combinatória. Para o autor, se realmente houvesse uma literalidade, as palavras não poderiam receber os diversos sentidos que recebem, em conformidade com uma ou outra FD. Pois dentro da mesma FD os sentidos parecem igualmente evidentes.

O que vai realmente determinar o sentido das palavras são as posições ideológicas que estão em jogo no processo sócio histórico em que são (re)produzidas. Dessa maneira, então, elas mudam de sentido de acordo com as posições dos sujeitos que as utilizam, obtêm seu sentido em consonância com essas posições, isto é, em referência às formações ideológicas.

A ideologia vai designar o que é e o que deve ser o significado de uma palavra, através do hábito e do uso, muitas vezes, por desvios que são linguisticamente marcados. Por isso, é ela que fornece as evidências através das quais “todo mundo sabe” o que as palavras significam. Essas evidências fazem com que as palavras aparentem dizer o que realmente dizem, em uma dada FD, originando, portanto, uma ilusão de “transparência da linguagem”.

Passo a apresentar a noção de interdiscurso, esta traz uma nova ideia para os estudos da linguagem; a de que o interdiscurso ao constituir o discurso o faz juntamente com a resignificação do sujeito com base no que já foi dito (de modo a se repetir), mas apresentando deslocamentos que o sujeito vai promover em uma dada formação discursiva. O interdiscurso é o espaço em que vai se buscar elementos para a tomada de posição a favor de certas palavras em detrimento de outras.

O que Pêcheux (1988, p.162) chama de interdiscurso é [...] “todo complexo com dominante” das formações discursivas, dizendo que ele é submetido à lei da desigualdade, contradição e subordinação que caracteriza o complexo das formações ideológicas. O interdiscurso constitui o exterior específico de uma FD. É o lugar em que se organizam os objetos de que o sujeito se utiliza para o seu discurso. O sujeito vai dar coerência a esses objetos na sequência discursiva que enuncia (no intradiscurso) através das ligações entre eles. Na relação entre o interdiscurso de uma FD com o intradiscurso de uma sequência discursiva, é interessante que se situem os processos pelos quais o sujeito falante é interpelado, ou seja, assujeitado em sujeito de seu discurso.

Dentro dessa situação referida, é característico de toda FD disfarçar a objetividade material contraditória do interdiscurso. Esta objetividade reside no fato de que *algo fala sempre antes*, em outro lugar e independentemente, melhor especificando, existe o fato de que há sempre um pré-construído.

Esta noção foi apresentada por Paul Henry, quando trabalhou com o estudo sobre o funcionamento discursivo das relativas, e retomada por Pêcheux e Fuchs - 1975 – (1993), que buscaram observar como se dá seu encaixamento no intradiscurso. Como elemento constitutivo do interdiscurso, o pré-construído indica uma construção anterior, exterior e independente por oposição ao que é construído na enunciação.

O pré-construído é, conforme Pêcheux (1988, p.164), o “sempre-já-aí” da interpelação ideológica que fornece e impõe a realidade e seu sentido sob a forma da universalidade. A FD relaciona-se com seu exterior através do pré-construído. Isto é especificado por Pêcheux -1983-(1993b, p.314), quando diz que uma FD não é um espaço estrutural fechado, pois é constitutivamente invadida por elementos que vêm de outras FDs e se repetem nela, proporcionando-lhe suas evidências discursivas essenciais sob a forma de pré-construídos.

Desse modo, a noção de interdiscurso serve para indicar o exterior específico de uma FD, ao mesmo tempo que, surge nesta FD para transformá-la em lugar de evidência discursiva. Courtine (1981) observa que o interdiscurso de uma FD deve

ser pensado como um processo de reconfiguração incessante, cujo saber de uma FD é direcionado a incorporar elementos pré-construídos produzidos no exterior deles mesmos. Sendo assim, [...] “o interdiscurso de uma FD, como instância de formação/repetição/transformação dos elementos do saber desta FD, pode ser o que regula o deslocamento de suas fronteiras” (COURTINE, 1981, p.49).

O autor (1981) ainda ao tratar de interdiscurso e de intradiscurso vai apresentar a noção de memória discursiva. Ele acredita ser possível, a partir do enunciado, remeter-se à memória discursiva, a qual resulta da existência histórica do enunciado no meio das práticas discursivas, reguladas por aparelhos ideológicos (Escola, Igreja, etc). Dessa maneira, é a repetição ou o apagamento dos elementos do saber de uma FD (os enunciados) que indica a memória discursiva. É, portanto, na relação do interdiscurso com o intradiscurso, na articulação do enunciado com a enunciação, que ocorre o efeito de memória em um dado discurso, já que uma formulação original é reatualizada em um momento discursivo específico. A FD, quando tem rede de filiações em seu interior e constitui seu próprio saber, estabelece a memória discursiva.

4 UMA ANÁLISE DO CONTO *FÁBULA SEM MORAL*

Iniciei este trabalho falando sobre a tarefa do analista frente a seu objeto de análise – o discurso. Vou terminá-lo, mostrando como é possível fazer uma leitura que vá além da literalidade do sentido, buscando relacionar algumas noções citadas anteriormente. Para tanto, pretendo analisar o conto do escritor Júlio Cortázar, “*Fábula sem moral*”.

Seguindo as primeiras pistas deste texto, fiz alguns recortes que apresentam as seguintes regularidades, que dividi em três blocos de sequências discursivas:

- a) *tiranete do país; cercado de generais; calabouços especiais que existem sempre nesses ambientes de governo; O carrasco e os assistentes; Metendo-o num carro de polícia; generais e ministros.*
- b) *reprimindo; mandou; prendessem; metessem nos calabouços; tremendo de terror e frio; enforcação; fuzilar; cercaram; torturaram-no; revelasse; arrancar-lhe; mataram-no.*

c) *falsas ocorrências; tremor; calabouços; medo; corda no pescoço; gemido entrecortado de soluços; súplicas de perdão; últimas palavras; insurreição; confissão; contrassenha da contrarrevolução; corrente de equívocos; gritos.*

No primeiro bloco (a) podemos observar uma FD que está vinculada à forma-sujeito que tem como base ideológica um regime militar ditatorial. Os sentidos que podem circular em meio a esta FD estão diretamente relacionados com um já-dito que é acionado na hora da enunciação. Por isso, quando lemos essas expressões que se referem aos sujeitos do conto – “*tiranete*”, “*generais*”- levam-nos, inconscientemente, a pensar no período da ditadura militar, momento histórico que, em muitos países, abafou discursos outros que não estavam em consonância com o seu discurso dominante.

Desse modo, os sujeitos de FDs contrárias só teriam espaço para a identificação total, caso contrário, se assumissem outra posição-sujeito ou se fizessem parte de outra FD, seriam severamente reprimidos e muitos seriam calados para sempre. As expressões – “*calabouços especiais que existem sempre nesses ambientes de governo*” e “*O carrasco e os assistentes*”- evidenciam ainda mais essa FD dominante. Um dos fragmentos que mostra essa tendência a não aceitabilidade por parte da FD dominante e a diferença de sentidos de uma FD a outra é o seguinte: “Traduza o que ele está dizendo – ordenou o tiranete [...] Ele fala argentino, excelência. Argentino? E por que é que eu não entendo nada?” (CORTÁZAR, 2011, p. 88). De fato é assim que ocorre, fala-se a mesma língua, porém o discurso não é o mesmo, os sentidos não são os mesmos. Conforme Pêcheux - 1975 – (1988) é através da noção de assujeitamento do sujeito que a instância ideológica contribui para a reprodução das relações sociais, de maneira a levar cada sujeito a ocupar seu lugar em uma ou outra das classes sociais contrárias. De acordo com Grantham (1999, p. 217), nesse processo de assujeitamento, a palavra passa a ter um papel fundamental por tornar-se, muitas vezes, uma arma de dominação. Nessas condições, a palavra é usada como instrumento do poder e é através dela que se dá a imposição da ideologia dominante.

No segundo bloco (b) de sequências discursivas selecionei alguns verbos do texto, estes são representativos do discurso dominante em questão, mostram a voz/a ação

do dominador sobre o dominado, que como já se sabe em situações de tortura e opressão acaba por ceder e diz exatamente o que tem de ser dito dentro dessas condições de produção do discurso. Podemos notar essa ideia na seguinte frase: “Venho vender-lhe suas últimas palavras [...] em compensação lhe convém dizê-las no duro transe para configurar facilmente um destino histórico retrospectivo” (CORTÁZAR, 2011, p, 88). Este mesmo fragmento é repetido no texto, porém a parte “*convém dizê-las*” é substituída por “*precisará dizê-las*”, de modo que sob coação as ações passam a ter um deslocamento de sentidos, ou seja, na primeira não há a necessidade como há na segunda de dizer as palavras, e sim, a sugestão de proferi-las.

Imagina-se que em um primeiro momento o sujeito em situação de pressão ainda não quer liberar as palavras que lhes querem arrancar, mas depois fica sem escolha e acaba por dizê-las. Outra parte deste fragmento que é muito interessante é a que diz “um destino histórico retrospectivo”. Porque não só historicamente os fatos tendem a se repetir, como também isso ocorre com o próprio discurso. O interdiscurso, como já citei antes neste trabalho, é definido como o que fala antes, em outro lugar, independentemente. Ele é o saber discursivo que torna possível todo o dizer e vai retornar sob a forma do pré-construído, sustentando, assim, cada nova retomada da palavra. Este vai disponibilizar dizeres que afetam o sujeito em uma dada situação discursiva. Desse modo, tudo o que já foi dito sobre ditadura, tudo que já ocorreu em um dado momento histórico acaba sendo retomado, de forma inconsciente.

No terceiro bloco (c), como não poderia ser diferente, grande parte dos substantivos representam a FD em que circulam. O medo desencadeado pelo “terror” das situações extremas em que passa um torturado é bem descrito ao longo do texto através das palavras utilizadas: “*tremendo de terror e frio*”, “*quando brotar da sua boca somente um gemido entrecortado de soluços e súplicas [...]*” e outras ainda em forma de metáforas vão representar o discurso dos oprimidos que tinham de falar em código para não serem compreendidos pelos seus algozes: “um homem vendia palavras [...] alguns suspiros que lhe foram comprados [...] os vendedores ambulantes que haviam comprado gritos continuaram apregoando-os [...] e um desses gritos serviu depois como contrassenha da contrarrevolução que acabou

com os generais e ministros” (CORTÁZAR, 2011, p, 89). O que é importante destacar, ainda, é que o sentido poderá sempre ser outro dependendo da FD em que está inserido o sujeito e a partir de onde ele fala. Por exemplo, a palavra “*insurreição*” que aparece no texto, se proferida pela FD dominante será uma revolta contra as manifestações dos oprimidos (como já se sabe é, quase sempre, em forma de tortura), e quando utilizada pelos que sofrem a opressão, será sinônimo de mudança de luta contra o sistema ditatorial.

Analisando o título do conto “*fábula sem moral*”, observa-se uma relação interessante com as fábulas tradicionais que no final sempre têm de deixar uma moral a ser seguida; a palavra *moral* tem relação com *bons costumes* e com *deveres do homem*, conforme o sentido do dicionário. Já neste referido conto, a moral, ironicamente, está de pano de fundo do discurso apresentado e, pelo contrário, não deve servir de exemplo a ninguém. Visto que obter algo que se quer usando principalmente a força física não é algo decente é algo amoral (que não deve ser seguido). As fábulas são, conforme Grantham (1999, p.216-217), um tipo especial de narrativa em que os animais são os personagens e vão agir como seres humanos, além disso, constituem um discurso que contém críticas sociais e busca ensinar às pessoas como proceder, de maneira a estabelecer normas que regulem as relações sociais.

Por isso é que o conto leva este título, por apresentar uma fábula ao revés. Ainda o que é curioso pensar, com base nas considerações de Grantham, é que as fábulas apresentam animais como os sujeitos discursivos e os personagens deste conto são sujeitos que agem de uma maneira que parecem irracionais. A metáfora surge também às avessas do que ocorre em uma fábula tradicional (homens no lugar de animais). Por sua vez, o conto deixa uma mensagem no final: “E todos foram apodrecendo, o tiranete, o homem e os generais e ministros, mas os gritos ressoam de vez em quando pelas esquinas” (CORTÁZAR, 2011, p, 90), que é impossível de se olvidar, a de que as palavras e os discursos não morrem com os sujeitos, vão retornar na voz de outros sujeitos, de outras maneiras, em outras FDs, sempre se resignificando e fazendo com que os sujeitos se resignifiquem em um processo sem fim.

REFERÊNCIAS

- COURTINE, J. J. **Analyse du discours politique**. Langages, Paris, n.62, 1981.
- CORTÁZAR, J. **Fábula sem moral**. In: Histórias de Cronópios e de Famas. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2011.
- FERREIRA, Maria C. L. **O quadro atual da Análise de Discurso no Brasil**. Instituto de Letras /PPGLET/UFRGS. No prelo.
- GRANTHAM, M.R. **A moral e a ordem do repetível**. In: INDURSKY, F. ; FERREIRA, M. C.L. (Org). Ensaio: Os múltiplos territórios da Análise do Discurso. Porto Alegre: Sagra Luzzatto, 1999.
- INDURSKY, F. **A fragmentação do sujeito em AD**. In: INDURSKY, F.; CAMPOS, M do C. (Org). Ensaio: discurso, memória e identidade. Porto Alegre: Sagra Luzzatto, 2000. V.15.
- _____. **A fala dos quartéis e as outras vozes**. Campinas: Editora da UNICAMP, 1997.
- MAINGUENAU, D. **Novas tendências em análise do discurso**. Campinas: Pontes, 1997.
- ORLANDI, E. P. **A análise de discurso: princípios e procedimentos**. Campinas: Pontes, 1999.
- _____. **Interpretação: autoria, leitura e efeitos do trabalho simbólico**. Petrópolis: Vozes, 1998.
- _____. **Terra à vista: discurso do confronto: Velho e Novo Mundo**. Campinas: Editora da UNICAMP, 1990.
- PÊCHEUX, M.- **1969 - Análise automática do discurso (AAD-69)** In: GADET; HAK (Org). Por uma análise automática do discurso. Campinas: Editora da UNICAMP, 1993.
- _____. **Remontémons de Foucault a Spinoza**. In: TOLEDO, M. M. El discurso político. México: Nueva Imagen, 1980.
- _____. **-1975- Semântica e discurso: uma crítica à afirmação do óbvio**. Campinas: Editora da UNICAMP, 1988.
- _____. **Sobre os contextos epistemológicos da Análise de Discurso**. In: cadernos de tradução n.1. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 1998.